

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Autorizado pela Lei 1648/2018

[www.capanema.pr.gov.br](http://www.capanema.pr.gov.br)



PREFEITURA MUNICIPAL  
**CAPANEMA**

---



# EXPEDIENTE

## ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,  
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

**COORDENAÇÃO/DIREÇÃO:** Valdeci Alves dos Santos - Secretária de  
Administração

**DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO:** Caroline Pilati  
**RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Anderson Ferreira dos Passos  
DRT Nº 9975/PR

**APOIO TÉCNICO:** Pedro Augusto Santana

### PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000

Fone: 46 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br  
Capanema - Paraná

**Prefeito Municipal:** Américo Bellé

**Vice-Prefeito Municipal:** Milton Kafer

Secretário de Administração: Valdeci Alves dos Santos  
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski  
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz  
Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti  
Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso  
Secretário de Saúde: Jonas Welter  
Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000

Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329

Fax: (46) 3552-3217

E-mail: capanemacamara@gmail.com

Capanema - Paraná

Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente

Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente

Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário

Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Airton Marcelo Barth

Vereador: Gilmar Pontin

Vereador: Ginésio J. Pinheiro

Vereador: Paulo C. Lothermann

Vereadora: Izoete Ap. Walker

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 7.586 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Designa Professores para desempenho de atribuições em período suplementar.

O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Professores para desempenho em período suplementar, no período fevereiro a dezembro de 2020:

MAT. 2384-1 ADRIANA MARNATI LASSIG  
MAT. 2627-1 CAROLINE PATRICIA PREDIGER MALDANER  
MAT. 2472-1 CARLA JOSSEMARA HAMMES DIETZ  
MAT. 1963-1 ELIANE DOS SANTOS SALVALAGIO  
MAT. 2379-1 ELIANE TEREZINHA SEIDER  
MAT. 2036-1 ELUSINEI DE SIQUEIRA SCHNEIDER  
MAT. 2457-1 JESSICA DJULIANI BUDKE  
MAT. 2492-1 KLADI TATIANY KOTOWSKI  
MAT. 2392-1 LETICIA MONICA LAUXEN HEINEN  
MAT. 2473-1 LIANE INES LUFT PALM  
MAT. 2388-1 LUCIANA ZANON  
MAT. 2289-1 MARCOS ANTONIO GALLAS  
MAT. 2468-1 MARCOS GERHARD  
MAT. 2493-1 MARIA CARMEM DENARDIN WONS  
MAT. 2381-1 MARIA ROSA KOVALESKI PIVA  
MAT. 2293-1 MARILENE SCHNEIDER GODOY  
MAT. 2628-1 MARISTELA RECH WALTER  
MAT. 2393-1 MARLENE APARECIDA HENDGES MARTINE  
MAT. 2051-1 MARSUS ADRIANA DA SILVA  
MAT. 2474-1 ROSANGELA TAUSCHER GOMES WEICH  
MAT. 2378-1 SANDRA MARA LORENZONI BLASI  
MAT. 2426-1 SOLANGE REGINA DA ROSA SCHIMITEZ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2020.

Américo Bellé  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 7.587 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Adicional a professores pela docência em turmas de Educação Especial.

O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 1.269, de 10 de dezembro de 2009, alterada pela Lei

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de 25% (vinte e cinco por cento) pelo desempenho em turmas de Educação Especial no período de fevereiro a dezembro de 2020, aos seguintes Professores:

- Elisandra Kirschner
- Elusinei de Siqueira Schneider
- Franciele Defendi
- Gladis Helena Baumgarten
- Maria Eliane Kessler
- Eliane dos Santos Salvallago
- Lisiane Gruhn Colussi

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2020.

Américo Bellé  
Prefeito Municipal

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

### EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARCERIA VOLUNTÁRIA Nº 01/2020 LEI Nº 13.019/2014

O PREFEITO DE CAPANEMA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro art. 31 e 32 da Lei Federal 13.019/2016; e art. 13 do Decreto Municipal nº 6.382/2017, informa que foi autorizada a inexigibilidade de chamamento público nos termos do art. 31, caput da Lei 13.019/14, para formalização do Acordo de Cooperação nº 01/2018 com a Associação Comercial e Empresarial de Capanema – ACEC, inscrita no CNPJ/MF nº 77.830.370/0001-80, com sede na Av. Espírito Santo, 1053, na cidade de Capanema – PR e com a Sociedade Rural de Capanema, inscrita no CNPJ/MF nº 00.330.945/0001-71, com sede na Av. Brasil, s/nº, na cidade de Capanema/PR.

Capanema, 20 de fevereiro de 2020.

Américo Bellé  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2020 COMISSÃO ESPECIAL DA 21ª FEIRA DO MELADO

#### 1. PREÂMBULO

A ACEC, por meio da Comissão Especial da 21ª Feira do Melado, nomeada pelo Decreto nº 6.744/2020, com fundamento no Acordo de Cooperação nº 01/2020 firmado com o Município de Capanema, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar certame para escolha da proposta mais vantajosa e atrativa de shows para o evento, de acordo com as condições deste edital e seus anexos, bem como com o que determina o Decreto e acordo de cooperação mencionados acima.

1.1. Da sessão pública: Os envelopes contendo a proposta e a documentação deverão ser entregues até às 14 horas do dia 27/02/2020, e serão abertos no dia 13/03/2020, às 14 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, situada a AV PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR.

1.1.1. Para maior transparência nos atos administrativos, a Sessão Pública poderá ser gravada pela Administração Municipal, através de equipamento áudio visual próprio.

#### 2. DO OBJETO

2.1. O presente certame tem por objeto a contratação de empresa especializada e com experiência na realização de eventos artísticos de grande porte, para organizar, gerir e executar shows na arena montada durante a 21ª Feira do Melado.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, que manifestarem interesse até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (modelo no Anexo 4), observada a necessária qualificação.

3.2. Não poderão participar deste certame:

3.2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

3.2.2. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público;

3.2.4. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou

até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.5. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.6. Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores parlamentares ou agentes políticos do Poder Executivo;

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Previamente à abertura da sessão de habilitação e julgamento, o representante do licitante deverá apresentar-se à Comissão de Julgamento para efetuar seu credenciamento como participante deste certame, munido da sua carteira de identidade ou documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão, conforme modelo constante no Anexo 01.

4.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

4.3. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

4.4. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes a licitações, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

4.5. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4.6. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

4.7. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o seu representante de se manifestar durante a sessão.

#### 5. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

5.1. Os documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados no anverso com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
À COMISSÃO DE JULGAMENTO DA 21ª FEIRA DO MELADO  
CHAMAMENTO Nº 01/2020, ÀS 14h00min DO DIA 13/03/2020  
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)  
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS  
À COMISSÃO DE JULGAMENTO DA 21ª FEIRA DO MELADO  
CHAMAMENTO Nº 01/2020, ÀS 14h00min DO DIA 13/03/2020  
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)  
CNPJ Nº XXXX

5.2. O envelope 01 deverá conter todos os documentos a seguir relacionados, o qual deverá ser apresentado devidamente lacrado e inviolado, em 01(uma) via cada um, sendo que as folhas deverão, preferencialmente, ser do tamanho A4, os documentos deverão estar rubricados por pessoa credenciada da proponente.

5.3. Não será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou qualquer outro meio de entrega.

5.4. Os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser protocolados no Protocolo-Geral do Município (junto ao Departamento de Tributação no Paço Municipal) até a hora marcada no Preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública.

5.4.1. A sessão pública não será iniciada enquanto houver empresas na fila do protocolo dos envelopes.

5.4.2. Após o início da sessão, não poderão participar certame as em-

presas que não tiverem os seus envelopes devidamente protocolados conforme o item 8.5.

5.4.3. Considera-se o início da sessão a manifestação do Presidente da Comissão de julgamento, declarando aberta a sessão pública, devendo constar na Ata o efetivo horário da abertura e a justificativa para eventual atraso.

5.5. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.7. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

a) A sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.1) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

c) Para qualquer tipo de empresa: Certidão simplificada de registro na Junta Comercial, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de Capanema, (Certidão Negativa de Tributos Municipais).

e) Comprovação que realizou no mínimo 5 (cinco) feiras ou grandes eventos, com público superior a 10.000 (dez mil) pessoas;

f) Comprovação que possui experiência no mínimo de 2 anos na organização de shows em feiras e grandes eventos;

g) Comprovação que o CNPJ da empresa esteja ativo há no mínimo 2 (dois) anos.

#### 5.8. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (DECLARAÇÕES):

a) Declaração idoneidade, conforme modelo constante no Anexo 02 deste Edital.

b) Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

5.9. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou cópia simples que poderá ser autenticada pelos membros da Comissão no decorrer da sessão desde que o original esteja na posse do representante credenciado, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

5.10. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

5.11. O proponente que não cumprir com o disposto no item 5 e seus subitens será desclassificado.

#### 6. DA PROPOSTA

6.1. Deverá ser apresentada uma carta proposta, impressa por computador com tinta indelével, sem rasuras e entrelinhas. A proposta deverá conter:

a) Razão social, endereço completo, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente.

b) Nome e RG do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura.

c) Data.

d) Grade de 5 (cinco) shows com artistas e datas respectivas, distribuídos entre todos os dias da 21ª feira do Melado, 12, 13, 14, 15 e 16 de

agosto de 2020, sendo 1 (um) show gratuito, preferencialmente na abertura (12/08/2020), 1 (um) show Pop Rock, 2 (dois) shows Sertanejo que estejam entre os mais votados, considerando a consulta popular realizada via internet, constante no Anexo 03; e, 1 (um) show Sertanejo raiz.

e) Valor da contrapartida em dinheiro por parte da Comissão Especial.

f) Demais compromissos a serem assumidos pela empresa para elevar a sua pontuação na fase de julgamento, conforme disposto no item 8.

6.2. Juntamente com a carta proposta, no envelope nº 02, o licitante deverá juntar a comprovação, por meio de documento original ou devidamente autenticado, de que os artistas constantes na sua grade de shows possuem contrato ou compromisso formal com a licitante nas respectivas datas, sob pena de desclassificação do certame.

6.3. O valor da contrapartida por parte da Comissão Especial não poderá ser superior ao montante de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), cujo valor será proveniente da arrecadação da Comissão com patrocínios e venda de espaços da Feira do Melado.

6.4. Juntamente com a carta proposta, no envelope nº 02, o licitante juntará os demais documentos que integram a sua proposta e que são exigidos para o julgamento do certame.

6.5. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

6.6. A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. As propostas terão validade de DOZE meses contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.8. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.9. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.10. Após a abertura da sessão, somente serão aceitas alterações formais, que não apresentem alteração da proposta, observadas as exceções previstas neste edital.

#### 7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta de preços será realizada em sessão pública, da qual será lavrada ata circunstanciada assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das licitantes presentes.

7.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

7.3. Aberta a sessão, a Comissão receberá, de uma só vez, os envelopes contendo a proposta e a documentação de habilitação.

7.4. Não ocorrendo o descumprimento das condições de participação, serão identificados os licitantes participantes e abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação.

7.5. Caso necessário, a Comissão de Licitação poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir.

7.6. Analisada a documentação de habilitação, a Comissão de Licitação, de forma motivada, indicará os licitantes inabilitados em razão de falha ou omissão na documentação.

7.7. A inabilitação de qualquer licitante será sempre fundamentada e registrada na ata da sessão.

7.8. Após a habilitação das empresas serão imediatamente abertas as propostas dos licitantes habilitados.

7.9. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do certame.

7.10. Após a fase de habilitação, não caberá:

a) Desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial.

b) Desclassificação do licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.11. Abertos os envelopes nº 02, a Comissão examinará as propostas apresentadas quanto às suas especificações e compatibilidade conforme item anterior.

7.12. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada na ata da sessão.

7.13. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

7.14. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

7.15. A Comissão poderá relevar, numa proposta, qualquer informalidade, não harmonização ou irregularidade de natureza secundária, formal que não constitua um desvio significativo das formalidades necessárias do ato.

7.16. A ausência de assinatura na proposta ou em qualquer outro documento poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.

7.17. No caso de haver divergência entre o preço grafado em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o último a menos que, na opinião da Comissão, exista um erro grosseiro e óbvio, ou ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso) a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado.

7.18. Se existir diferença entre a quantidade proposta e a exigida no edital, prevalecerá esta.

7.19. A Comissão irá abrir todas as propostas das proponentes habilitadas, cujos documentos serão imediatamente rubricados pelo presidente da Comissão e pelos representantes das empresas presentes.

7.20. Após a rubrica de toda a documentação, os representantes das empresas deverão se retirar do recinto, para que os membros da Comissão deliberem sobre as propostas e atribuam a pontuação de cada uma delas.

7.21. Havendo divergência entre os membros da Comissão com relação a pontuação de alguma proposta, cada um dos membros, de forma individual, irá atribuir a pontuação dos critérios, justificando a sua pontuação.

7.22. Havendo unanimidade dos membros da Comissão em relação a pontuação das propostas, torna-se desnecessária a justificativa da pontuação atribuída.

7.23. Na atribuição das notas a Comissão poderá realizar a comparação das propostas das proponentes para chegar ao resultado.

7.24. Finalizada a análise das propostas e atribuídas as pontuações, as proponentes poderão voltar ao recinto, para que seja declarada a vencedora do certame.

## 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento será a maior pontuação atribuída pela Comissão, seguindo os seguintes critérios objetivos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
1) Melhor grade de shows, considerando a consulta popular realizada via internet, constante no Anexo 03, preferencialmente os 10 primeiros melhores votados.	0 a 50
2) Menor valor de contrapartida por parte da Comissão Especial.	0 a 10
3) Experiência da proponente na realização de feiras ou grandes eventos, com público acima de 10.000 (dez mil) pessoas.	0 a 20
4) Sugestões, inovações e benefícios que a empresa pode trazer para o evento não exigidos neste edital.	0 a 20
TOTAL	100

8.2. A comprovação, de no mínimo 2 (dois) anos, de experiência da proponente será realizada mediante a apresentação de declarações de órgãos públicos ou entidades privadas, fotos de eventos, atestados de boa execução dos serviços, contratos celebrados, entre outros, a serem

pontuados pela Comissão conforme verificar-se a veracidade das informações e compatibilidade da experiência com a Feira do Melado.

8.3. Será declarada vencedora do certame a proponente que obtiver mais pontos, conforme critérios acima mencionados.

8.4. Será desclassificada a proposta final que:

a) contenha vícios ou ilegalidades ou que seja elaborada em desacordo com o presente edital;

b) não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Projeto Básico;

c) apresentar preços finais superiores ao valor máximo da contrapartida por parte da Comissão Especial;

d) que apresente preços e vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;

e) que não contiverem ao menos 2 artistas para os shows sertanejos dentre aqueles eleitos na consulta popular (Anexo 03).

## 9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Julgadas as propostas o presidente da Comissão homologará o procedimento e adjudicará o objeto ao proponente vencedor.

9.2. Após a adjudicação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 48 horas.

## 10. DO INSTRUMENTO DO CONTRATO, DA SUBCONTRATAÇÃO E DA CESSÃO

10.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

10.2. É vedada a subcontratação total do seu objeto, possibilitando a parceria com entidades do terceiro setor ou contratação de terceirizadas para execução de serviços periféricos, que não interfiram no objeto principal, como limpeza, segurança, venda de ingressos etc.

## 11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O contrato terá vigência até um mês após o encerramento da Feira do Melado.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Compete à Contratada:

a) responsabilizar-se, por sua conta e risco, pelos shows a serem realizados durante a 21ª Feira do Melado, os quais deverão ser realizados nos dias 12, 13, 14, 15, e 16 de agosto de 2020;

b) responsabilizar-se pela divulgação dos shows e venda de ingressos, possibilitando o apoio da Comissão Especial;

c) responsabilizar-se pela locação, montagem e desmontagem das estruturas de som, iluminação, geração de energia, grades divisórias, elevação de palco e cobertura;

d) arcar com as despesas de contratação dos artistas, bem como toda produção, hospedagem traslado, alimentação e outras despesas de camarim, carregadores etc.;

e) contratar e fiscalizar a segurança para a realização dos shows, compreendendo toda a segurança dentro da arena de shows e o controle de acesso de pessoas, de acordo com as normas legais;

f) responsabilizar-se pelo pagamento do ECAD, o qual deverá ser comprovado perante a Comissão Especial até 60 dias antes do início da 21ª Feira do Melado, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento, cujo valor será deduzido dos pagamentos previstos nos itens 14.1, alíneas "a", "b" e "c";

g) responsabilizar-se pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), presumido até 15 (quinze) dias antes do evento, e o ISS real até 10 (dez) dias úteis após a realização do evento, sob pena de multa e conforme as normas regulamentares;

h) responsabilizar-se pela exploração e comercialização de bebidas e alimentos dentro da arena de shows, com preço tabelado, definido junto à Comissão Organizadora;

i) fornecer cortesia de 600 ingressos (150 de cada noite) para Comissão Organizadora distribuir aos patrocinadores;

j) fornecer credenciais para 40 integrantes da comissão organizadora para acesso aos shows.

k) cumprir os critérios estabelecidos em conjunto com a Comissão Organizadora quanto ao número e tempo de acesso aos camarins dos artistas pelos fãs, respeitando a disponibilidade dos artistas;

l) promover a organização operacional para garantir o acesso rápido dos consumidores à arena de shows, respeitando-se as normas de segurança e as restrições para acesso de crianças e adolescentes previstas em lei;

m) Conduzir as festas com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

n) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação de quaisquer mudanças que fujam às especificações da proposta inicial;

o) manter controle eficiente e real de ingressos vendidos e de pessoas que acessaram a arena de shows em cada um deles, facilitando a atuação da fiscalização do Município;

p) responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

q) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução dos shows;

r) responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

s) responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados;

t) arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei;

u) contratar empresa para fornecimento de energia elétrica, por meio de geradores, independentes da rede elétrica pública;

v) responsabilizar-se pela locação, montagem e desmontagem de banheiros químicos e de quaisquer outras estruturas temporárias que forem utilizadas para a realização dos shows, dentro da arena;

x) adquirir todas as bebidas que serão comercializadas na arena de shows (cerveja, refrigerante e água) diretamente do mesmo fornecedor estabelecido pela ACEC para a 21ª Feira do Melado;

y) adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

w) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, bem como de toda a estrutura da arena de shows durante a 21ª Feira do Melado;

z) Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás;

z1) comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

12.2. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) exercer a fiscalização dos serviços, por meio da Comissão Organizadora da 21ª Feira do Melado;
- b) responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;
- c) efetuar o pagamento da contrapartida conforme critérios previstos neste edital e no Contrato;
- d) fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- e) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- f) proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa

desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Edital.

### 13. DA SEGURANÇA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato;

13.2. Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denúncia a lide, se for o caso.

13.3. A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assumira e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

13.4. A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

### 14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento da contrapartida pela Comissão Especial serão efetuados da seguinte forma:

- a) Primeira parcela: 1/3 (um terço) do valor da proposta, até dois dias antes do início da 21ª Feira do Melado;
- b) Segunda parcela: 1/3 (um terço) do valor da proposta, entre os dias 17 e 18 de agosto de 2020;
- c) Terceira parcela: 1/3 (um terço) do valor da proposta, até dez dias úteis após o encerramento da 21ª Feira do Melado.

14.2. O pagamento dos valores devidos pela Contratante fica condicionado ao pagamento e comprovação dos encargos devidos pela Contratada, especialmente os seguintes:

- a) ECAD;
- b) ISS do Município de Capanema;

14.3. O pagamento das parcelas da contrapartida será realizado por intermédio de cheque ou por transferência bancária, com autorização da Comissão Especial.

14.4. Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual ou de execução incorreta dos serviços, ou descumprimento da sua proposta inicial, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

14.5. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

14.6. A CONTRATADA emitirá nota fiscal dos valores recebidos como contrapartida, em nome da ACEC;

14.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.8. A Contratante deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

14.9. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos



decorrentes do contrato.

#### 15. DAS SANÇÕES

15.1. Comete infração a licitante/Adjudicatária que, no decorrer do certame:

- a) não assinar o contrato no prazo de 48h, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Ensejar o retardamento da execução do certame.

15.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo estipulado para a contrapartida da Comissão Especial;

15.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções abaixo, garantidas a prévia defesa:

15.3.1. Advertência por escrito;

15.3.2. Multas:

- a) Multa de 100% sobre do valor máximo estipulado para a contrapartida da Comissão Especial no caso de inexecução de um dos shows previstos na proposta inicial, além da apuração dos demais prejuízos causados;
- b) Multa de 300.000,00 (trezentos mil reais) pela inexecução de todos os shows previstos na proposta inicial, além dos demais prejuízos causados;
- c) Multa de 2% até 15% sobre o valor máximo estipulado para a contrapartida da Comissão Especial, no caso de inexecução de obrigações previstas neste edital, que não tenham relação com a alteração dos artistas, além de eventuais prejuízos causados;
- d) Multa de 20% sobre o valor máximo estipulado para a contrapartida da Comissão Especial, quando ocorrer rescisão do contrato por culpa da Contratada, cumulada com a multa prevista na alínea "c".
- e) Multa de 5% do valor máximo estipulado para a contrapartida da Comissão Especial, a cada 30 minutos de atraso no início dos shows, conforme horários definidos em conjunto com a Comissão Organizadora.

15.4. A aplicação das sanções previstas neste edital, não exige a CONTRATADA de ressarcir à CONTRATANTE por outros eventuais prejuízos causados que ultrapassem o valor das multas previstas neste instrumento.

15.5. As penalidades serão aplicadas após a concessão do contraditório e a ampla defesa a Contratada.

15.6. A multa será descontada de eventuais créditos devidos pela Contratante.

15.7. A Comissão Especial, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Feira do Melado, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. As multas serão recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

15.9. Havendo dolo ou indícios de fraude por parte dos sócios da Contratada, a execução das multas, via judicial, poderá adentrar ao patrimônio pessoal dos sócios, aplicando-se a desconsideração da personalidade jurídica.

#### 16. DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou pra-

zos;

- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

- c) A subcontratação total do seu objeto;

- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

- f) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

- g) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento;

- h) A não liberação, por parte da Administração Pública, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais;

- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

16.2. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida do contraditório e da ampla defesa.

#### 17. DO FORO

17.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Capanema-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

18.2. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

18.3. É facultado à Comissão, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar desde a realização da Sessão Pública.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.5. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Município de Capanema-PR.

18.6. Qualquer impugnação, recurso, ou troca de documentos relacionados a este Edital deverão ser protocolizados na ACEC, ou remetida via postal, considerando-se a data de recebimento da correspondência para verificação da tempestividade dos atos, respeitando-se os prazos previstos neste edital.

18.7. A ACEC prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste certame, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.

Capanema-PR, 26 de fevereiro de 2020.

Raquel Santana Blechior Szimanski  
Presidente da Comissão Especial

#### ANEXO 01 CARTA CREDENCIAL

(local e data)

À COMISSÃO ESPECIAL DA 21ª FEIRA DO MELADO

Referente: Edital de Chamamento Público nº 01/2020.

Senhores

O abaixo assinado....., portador da carteira de identidade nº ....., na qualidade de responsável legal pela proponente ....., vem, pela presente, informar a Vossa Senhoria que o senhor ....., carteira de identidade nº ....., é a pessoa designada por nós para

acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e proposta, para assinar as atas e demais documentos, e com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir o certame em epígrafe.

Atenciosamente.

(nome, RG, assinatura do representante legal (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA), e carimbo do CNPJ da empresa)

#### ANEXO 02 DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Comissão Especial da 21ª Feira do Melado

Referente: Edital de Chamamento Público nº 01/2020

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do certame Chamamento Público nº 01/2020, instaurado pela ACEC, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação e eventual contratação, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como, que nossa empresa não possui menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e que não utiliza o trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(LOCAL E DATA)

( nome, RG, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa)

#### ANEXO 03 ARTISTAS MAIS VOTADOS PELAS REDES SOCIAIS DO MUNICÍPIO:

Class.	NOMES	VOTOS
1	Gustavo Lima	116
2	Zé Neto e Cristiano	96
3	Marília Mendonça	81
4	Alok	70
5	Jorge e Mateus	69
6	Henrique e Juliano	63
7	Bruno e Marrone	32
8	Simone e Simaria	31
9	Luan Santana	24
10	Lauana Prado	22
10	Matheus e Kauan	22
12	Maiara e Maraisa	21
13	Roupa Nova	20
14	Gustavo Mioto	19
15	Capital Inicial	17
16	Anitta	16
17	Jerry Smith	16
18	Pedro Paulo e Alex	16
19	Fernando e Sorocaba	15
20	Wesley Safadão	12

#### PROTOCOLO DE ENTREGA DO EDITAL E ARQUIVOS

#### ANEXO 04 MODELO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM PARTICIPAR DO CERTAME:

Manifestação de Interesse  
Edital de Chamamento nº 01/2020

Empresa:

Manifesto o interesse de participar do chamamento nº 01/2020, perante a Comissão Especial da 21ª Feira do Melado, e concordo com as condições do Edital.

Assinatura do responsável pela empresa

#### MUNICÍPIO DE CAPANEMA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

CONSOLIDADO

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	60.820.782,05
Receita Corrente Líquida Ajustada	59.624.123,05

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com pessoal - DTP	28.894.953,63	48,46
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.197.026,45	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	30.587.175,12	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.977.323,80	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida consolidada líquida	-6.355.718,70	-10,45
Limite definido por resolução do senado federal	72.984.938,46	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	13.380.572,05	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	9.731.325,13	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	4.257.454,74	7,00

RESTO A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A
Valor Total	789.077,73	7.215.767,84

ARIELI KACIARA WONS  
Gestora do Controle Interno

CLEOMAR WALTER  
Contador

AMERICIO BELLE  
Prefeito Municipal





IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	2.287.262,69	265.987,64	463.392,51	188.656,16	0,00	0,00	1.369.226,38	98.293,94	0,00	1.270.932,44
Merenda Escolar - Ens Fund - Conta 21453-1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.801,35	0,00	(7.801,35)
CR 873786/18-MAPA-Máqu e Equip-Cta 647259-6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.562,72	0,00	(68.562,72)
MDS-Estrut.Rede Prot.Soc.Esp-Invest.-Cta 30.499-9	0,00	0,00	4.158,99	0,00	0,00	0,00	(4.158,99)	16.230,51	0,00	(20.389,50)
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.300,00	0,00	(15.300,00)
Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402,40	0,00	(402,40)
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) - Cta 274-1	0,00	60.356,18	14.454,70	2.400,00	0,00	0,00	(77.210,88)	70.838,91	0,00	(148.049,79)
Bloco Custeio Ações Serv Públ Saúde-Cta Única ESTADO-Cta 302-0	0,00	0,00	1.412,16	0,00	0,00	0,00	(1.412,16)	957,80	0,00	(2.369,96)
APSUS - Custeio - Resol. 276/12 e 396/14-Cta 231-8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	924,00	0,00	(924,00)
Cv 46/13 SICONV 787997/13-Funasa-Melh Sanit Domiciliares	0,00	0,00	0,00	155.704,30	0,00	0,00	(155.704,30)	0,00	0,00	(155.704,30)
Incram.Temp/Emendas Parlam.Indiv.Cta 624060-1	0,00	0,00	27.377,08	0,00	0,00	0,00	(27.377,08)	101.545,29	0,00	(128.922,37)
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	142.333,06	0,00	0,00	(142.333,06)	0,00	0,00	(142.333,06)
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - Cta 272-5	0,00	6.277,61	2.268,65	0,00	0,00	0,00	(8.546,26)	261,55	0,00	(8.807,81)
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica - Cta 273-3	0,00	1.410,30	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.410,30)	0,00	0,00	(1.410,30)
Salário-Educação - Cta 10465-5	0,00	0,00	4.197,50	8.928,89	0,00	0,00	(13.126,39)	40.701,55	0,00	(53.827,94)
CV 849778/17-MI-Retro. com Pá Carreg.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	268.640,94	0,00	(268.640,94)
Termo de Acordo CEBI/UHE B.Iguaçu-Cta 71042-8	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	(9.500,00)	0,00	0,00	(9.500,00)
CV 200/18-SEAB-Combate Erosão Solo-Cta 30.447-6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.491,83	0,00	(56.491,83)
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Cta 624060-1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228,36	0,00	(228,36)
Merenda Escolar - Ed Infantil - Conta 9216-9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.428,98	0,00	(10.428,98)
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.127,60	0,00	(10.127,60)
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Cta 20971-6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.340,00	0,00	(21.340,00)
Taxas - Exercício Poder de Polícia - Cta 21538-4	0,00	108,39	0,00	0,00	0,00	0,00	(108,39)	0,00	0,00	(108,39)
Taxas - Prestação de Serviços - Cta 21539-2	0,00	343,10	0,00	0,00	0,00	0,00	(343,10)	0,00	0,00	(343,10)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>2.287.262,69</b>	<b>334.483,22</b>	<b>526.761,59</b>	<b>498.022,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>927.995,47</b>	<b>789.077,73</b>	<b>0,00</b>	<b>138.917,74</b>
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	195,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,91	0,00	0,00	195,91
Indenizações Recebidas por bens sinistrados de outras áreas	21.563,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.563,88	0,00	0,00	21.563,88
Merenda Escolar - Ens Fund - Conta 21453-1	7.979,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.979,26	0,00	0,00	7.979,26
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Cta 624064-4	25.685,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.685,22	0,00	0,00	25.685,22
CR 873786/18-MAPA-Máqu e Equip-Cta 647259-6	88.574,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.574,20	0,00	0,00	88.574,20
CR 870966/18-MAPA-Pá-Carregadeira-Cta 647260-0	838,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838,91	0,00	0,00	838,91
CR 844075/17-FNAS-Constr Centro Dia de Referência-Cta 647247-2	118.796,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.796,04	0,00	0,00	118.796,04
MDS-Incr.Temp-Custeio-Prot.Soc.Bás.-Cta 30.501-4	94.495,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.495,13	0,00	0,00	94.495,13



IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
MDS-Estrut.Rede Prot.Soc.Esp-Invest -Cta 30.499-9	88.383,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.383,84	0,00	0,00	88.383,84
Apoio Financ. aos Municípios - AFM - Educação - Cta 30.590-1	2.450,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450,79	0,00	0,00	2.450,79
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	196.888,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196.888,23	0,00	0,00	196.888,23
Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	24.648,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.648,72	0,00	0,00	24.648,72
Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	16.068,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.068,00	0,00	0,00	16.068,00
Bloco de Investimentos - SUAS	140.908,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.908,24	0,00	0,00	140.908,24
SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	44.163,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.163,69	0,00	0,00	44.163,69
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) - Cta 274-1	247.334,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.334,16	0,00	0,00	247.334,16
Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	31.851,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.851,15	0,00	0,00	31.851,15
Bloco Custeio Ações Serv Públ Saúde-Cta Única ESTADO-Cta 302-0	130.197,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.197,17	0,00	0,00	130.197,17
APSUS - Custeio - Resol. 276/12 e 396/14-Cta 231-8	3.949,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.949,71	0,00	0,00	3.949,71
SESA/APSUS-Constr.Unid.Saúde Família S.J.Oper.- Tipo 1-Cta 27290-6	8.437,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.437,35	0,00	0,00	8.437,35
SESA/APSUS-Equ.P.Saúde Sto.Exp. e Demais-Res.604/15-Cta 311-0	300,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,18	0,00	0,00	300,18
Cv 46/13 SICONV 787997/13-Funasa-Melh Sanit Domiciliares	110.774,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.774,63	0,00	0,00	110.774,63
CR 801318/14-MCID-Modern Passeios Públ	122.792,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.792,82	0,00	0,00	122.792,82
Incem.Temp/Emendas Parlam.Indiv.Cta 624060-1	969.754,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	969.754,17	0,00	0,00	969.754,17
Bloco Investim Rede Serv Públ Saúde-Cta Única ESTADO-Cta 311-0	29.901,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.901,53	0,00	0,00	29.901,53
Operações de Crédito Internas	31,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,00	0,00	0,00	31,00
Retenções em Caráter Consignatário	558,09	0,00	0,00	0,00	558,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundeb 60% - Cta 19144-2	165.402,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.402,11	0,00	0,00	165.402,11
CR 856605/17-M CID-Pav.Pedras Irreg.Urb-Cta 647240-5	100.547,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.547,54	0,00	0,00	100.547,54
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - Cta 272-5	80.395,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.395,53	0,00	0,00	80.395,53
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica - Cta 273-3	109.698,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.698,80	0,00	0,00	109.698,80
CV 520/18-SEDU-Constr.de Próprios do Município-Cta 30.459-0	595,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595,54	0,00	0,00	595,54
Salário-Educação - Cta 10465-5	248.197,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.197,27	0,00	0,00	248.197,27
CV 849778/17-MI-Retro. com Pá Carreg.	296.702,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.702,98	0,00	0,00	296.702,98
Termo de Acordo CEBI/UHE B.Iguaçu-Cta 71042-8	40.832,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.832,30	0,00	0,00	40.832,30
CV 200/18-SEAB-Combate Erosão Solo-Cta 30.447-6	74.981,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.981,36	0,00	0,00	74.981,36
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Cta 624060-1	640.632,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.632,22	0,00	0,00	640.632,22
CR 873581/18-M CID-Pav Asfáltica-Cta 647264-2	63.638,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.638,48	0,00	0,00	63.638,48
Atenção Básica	917,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	917,00	0,00	0,00	917,00
CR 867189/18-M CID-Pav Asfáltica-Cta 647254-5	187.258,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.258,32	0,00	0,00	187.258,32
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	64.465,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.465,62	0,00	0,00	64.465,62

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	8.995,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.995,79	0,00	0,00	8.995,79
Vigilância em Saúde	112.260,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.260,14	0,00	0,00	112.260,14
Assistência Farmacéutica	77,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,59	0,00	0,00	77,59
Merenda Escolar - Ed Infantil - Conta 9216-9	11.425,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.425,22	0,00	0,00	11.425,22
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	67.977,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.977,66	0,00	0,00	67.977,66
Receitas de Alienações de Ativos - Cta 18598-1	10.121,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.121,65	0,00	0,00	10.121,65
Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	958.024,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	958.024,99	0,00	0,00	958.024,99
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	93.974,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.974,59	0,00	0,00	93.974,59
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Cta 20971-6	406.273,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	406.273,56	0,00	0,00	406.273,56
Taxas - Exercício Poder de Polícia - Cta 21538-4	5.431,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.431,20	0,00	0,00	5.431,20
Taxas - Prestação de Serviços - Cta 21539-2	11.980,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.980,98	0,00	0,00	11.980,98
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>6.288.330,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>558,09</b>	<b>0,00</b>	<b>6.287.772,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.287.772,37</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>8.575.593,15</b>	<b>334.483,22</b>	<b>526.761,59</b>	<b>498.022,41</b>	<b>558,09</b>	<b>0,00</b>	<b>7.215.767,84</b>	<b>789.077,73</b>	<b>0,00</b>	<b>6.426.690,11</b>

ARIELI KACIARA WONS  
Gestora do Controle Interno

CLEOMAR WALTER  
Contador

AMERICO BELLE  
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CAPANEMA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	01/2019	02/2019	03/2019	04/2019	05/2019	06/2019	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.080.957,80	2.177.869,83	2.274.190,23	2.179.376,22	2.206.751,17	2.967.442,55	2.165.884,85	2.223.535,61	2.190.148,12	2.236.565,16	2.219.310,89	3.972.921,20	28.894.953,63	0,00
Pessoal Ativo	1.973.339,11	2.066.604,96	2.160.184,98	2.065.370,97	2.092.745,92	2.796.434,79	2.051.879,60	2.109.530,36	2.074.004,88	2.120.407,63	2.103.153,36	3.801.793,05	27.415.449,61	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.598.633,21	1.678.364,14	1.738.320,69	1.658.769,24	1.690.147,53	2.389.330,62	1.648.592,39	1.702.343,53	1.671.725,88	1.701.587,82	1.692.215,60	2.962.587,29	22.132.617,94	0,00
Obrigações Patronais	374.705,90	388.240,82	421.864,29	406.601,73	402.598,39	407.104,17	403.287,21	407.186,83	402.279,00	418.819,81	410.937,76	839.205,76	5.282.831,67	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	107.618,69	111.264,87	114.005,25	114.005,25	114.005,25	171.007,76	114.005,25	114.005,25	113.193,24	110.257,53	110.257,53	165.228,15	1.458.854,02	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	77.801,10	77.801,10	81.045,27	81.045,27	81.045,27	121.567,85	81.045,27	81.045,27	81.045,27	81.045,27	81.045,27	121.567,96	1.047.100,17	0,00
Pensões	29.817,59	33.463,77	32.959,98	32.959,98	32.959,98	49.439,91	32.959,98	32.959,98	32.147,97	29.212,26	29.212,26	43.660,19	411.753,85	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.950,00	5.900,00	5.900,00	5.900,00	20.650,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.080.957,80	2.177.869,83	2.274.190,23	2.179.376,22	2.206.751,17	2.967.442,55	2.165.884,85	2.223.535,61	2.190.148,12	2.236.565,16	2.219.310,89	3.972.921,20	28.894.953,63	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	60.820.782,05	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.196.659,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	59.624.123,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	28.894.953,63	48,46%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.197.026,45	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	30.587.175,12	51,3%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.977.323,80	48,6%



**MUNICÍPIO DE CAPANEMA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	01/2019	02/2019	03/2019	04/2019	05/2019	06/2019	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

ARIELI KACIARA WONS

Gestora do Controle Interno

CLEOMAR WALTER

Contador

AMERICO BELLE

Prefeito Municipal

# ATOS DO LEGISLATIVO

## EXTRATO DE DIÁRIA Nº 13/2020

Nome do Beneficiário	GILMAR PONTIN
Cargo/Função	VEREADOR
Destino	MARINGÁ - PR
Motivo da Viagem	Objetivo/Motivo da Viagem: Participação no curso promovido pela Empresa RAS - Consultoria e Treinamento em Gestão Pública, com o Tema: Aspectos Jurídicos do último mandato dos Gestores Municipais; Relacionamento Câmara Municipal/Justiça Eleitoral.
Período	18 a 21/02/2020
Nº de Diárias	3 (três) diárias
Valor Pago	R\$ 1.307,34 (mil trezentos e sete reais e trinta e quatro centavos)

## EXTRATO DE DIÁRIA Nº 13/2020

Nome do Beneficiário	AIRTON MARCELO BARTH
Cargo/Função	VEREADOR
Destino	MARINGÁ - PR
Motivo da Viagem	Objetivo/Motivo da Viagem: Participação no curso promovido pela Empresa RAS - Consultoria e Treinamento em Gestão Pública, com o Tema: Aspectos Jurídicos do último mandato dos Gestores Municipais; Relacionamento Câmara Municipal/Justiça Eleitoral
Período	18 a 21/02/2020
Nº de Diárias	3 (três) diárias
Valor Pago	R\$1.307,34 (mil trezentos e sete reais e trinta e quatro centavos)





O ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PODE SER CONSULTADO GRATUITAMENTE NOS SEGUINTE LOCAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

internet: [www.capanema.pr.gov.br](http://www.capanema.pr.gov.br)